



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Agência de Fomento do Paraná S.A - Fomento Paraná é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o Estado do Paraná como acionista majoritário.

A autorização para criação da instituição foi dada pela Lei Estadual nº 11.741/1997 e o Banco Central do Brasil concedeu a autorização de funcionamento em 08/11/1999 (DEORF/DFIN-99/239). É uma Instituição Financeira de Desenvolvimento submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, com o objetivo de estimular a ampliação da base produtiva e promover a inovação no Paraná.

Com o propósito de promover o desenvolvimento urbano, a instituição financia os municípios paranaenses para a execução de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros. E fornece crédito para empreendedores informais e de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, em todas as regiões do estado, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento dos negócios.

A Fomento Paraná é gestora de fundos públicos estaduais de desenvolvimento, garantidores ou de aval e participa como cotista dos fundos de investimento em participação Criatec3, Sul Inovação e Fundo VC4 da Trivella M3 Investimentos. Também responde pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná – Banestado.

A Lei Estadual nº 20.743, sancionada em 5 de outubro de 2021, instituiu o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná – BADEP, e transferiu à Fomento Paraná a gestão plena e a administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do BADEP.

A Lei Estadual nº 20.743/21 também autorizou o aumento do capital social da Fomento Paraná, para quatro bilhões de reais, divididos em quatro milhões de ações ordinárias nominativas, ficando o Estado do Paraná autorizado a subscrever até 3.996.000 ações e a Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR, acionista minoritário, a subscrever até 4.000 ações.

MISSÃO

“Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense.”

VISÃO DE FUTURO

“Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná.”

VALORES

“Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação.”

PRINCIPAIS INDICADORES DO PERÍODO

Início das atividades	08/11/1999
Capital Social Integralizado	R\$ 1.647,0 milhões
Ativo Total	R\$ 2.414,1 milhões
Carteira de Operações de Crédito	R\$ 1.302,4 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 1.986,7 milhões
Patrimônio de Referência	R\$ 395,1 milhões
Lucro Líquido	R\$ 81,3 milhões
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	4,24%
Índice de Basileia	50,48%
Desembolsos no ano – Fomento Paraná	R\$ 324,9 milhões
Desembolsos no ano – FDE	R\$ 26,3 milhões
Contratos no ano ⁽¹⁾	13.832
Municípios atendidos no ano ⁽¹⁾	355

(1) Referem-se a atuação no âmbito das operações da Fomento Paraná e do FDE.

MENSAGEM DA DIRETORIA

O avanço consistente da vacinação da população contra a Covid-19 no Paraná e no Brasil ao longo de 2021, com redução de contaminações, internações hospitalares e perdas de vidas, proporcionou uma melhoria das perspectivas para a atividade econômica no país.

Ainda exigindo precauções sanitárias, a partir do segundo semestre, pouco a pouco foram sendo retomados os investimentos das empresas, com reabertura de postos de trabalho e aumento da demanda por crédito, especialmente capital de giro.

Atendendo às determinações do Governo do Estado, acionista controlador, a Fomento Paraná manteve a oferta de crédito novo e a possibilidade de renegociar contratos, com novos prazos de carência, facilitando as condições de acesso ao crédito principalmente para os pequenos negócios, enquanto a economia não retoma os níveis plenos de atividade.

O intenso trabalho realizado desde o início da pandemia pela equipe de colaboradores e da rede de parceiros — agentes de crédito e correspondentes — e os avanços tecnológicos e de processos adotados nesse período, contribuíram significativamente para melhoria nas entregas da instituição, com a redução do tempo de análise e contratação.

Foi reaberto o Programa Paraná Recupera, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que novamente gerou grande apoio entre empreendedores, especialmente informais, MEIs e microempresas e foram efetivadas reduções nas taxas de juros. A implantação de uma nova plataforma digital, a ampliação das parcerias nos municípios e a capacitação de novas turmas de agentes de crédito e correspondentes também contribuíram para o volume de operações contratadas e na carteira de clientes ativos, que agora soma mais de 53 mil empreendedores.

Ainda no âmbito das operações do Setor Privado, os limites da instituição para contratações com repasse do BNDES foi aumentado pelo banco federal a partir do segundo semestre. A Fomento Paraná também deu início a uma estratégia de captação de recursos de fontes alternativas para operações de crédito, como forma de ampliar o leque de oportunidades para os empreendedores. Foram estabelecidas tratativas com a CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (este na modalidade DIM Depósitos Interfinanceiros de Microcrédito), além do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Nesse compasso, a Fomento Paraná concluiu em dezembro um processo de captação junto à Caixa Econômica Federal, que repassou R\$ 11 milhões em recursos destinados a operações de microcrédito.

No âmbito das operações do Setor Público, uma ação coordenada em parceria com a ABDE no Congresso Nacional possibilitou a reversão da Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu o Programa Federal de Acompanhamento e Transparência Fiscal. Essa medida havia paralisado as tratativas para contratação pelo Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM) no primeiro semestre.

As contratações do SFM foram retomadas no segundo semestre com a linha de financiamento mais competitiva. Foi aprovada pelo comitê de investimentos do sistema uma redução de 2 p.p. na taxa anual de juros em todas as faixas de financiamento aos municípios, a extinção da cobrança do encargo de reserva de crédito, que incidia sobre o saldo contratado a liberar, e a revisão dos indexadores dos contratos, substituindo a TLP pelo IPCA. Com isso a Fomento Paraná registrou um volume recorde de contratações no SFM para um ano, superando a marca de R\$ 420 milhões. A Fomento Paraná recebeu em 2021 um aporte de R\$ 60 milhões, que foram destacados junto ao Banco Central do Brasil e destinados para novas operações de crédito do SFM. Os recursos são provenientes de um empréstimo de 113 milhões de dólares contratado pelo Governo do Estado com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal – Paraná Urbano III, que tem por objetivo geral contribuir para a redução do déficit de infraestrutura urbana nos municípios paranaenses de maneira sustentável.

A atuação coordenada das instituições do Sistema Paranaense de Fomento (Fomento Paraná, BRDE e Invest Paraná) mostrou-se fundamental. A Fomento Paraná captou R\$ 10 milhões em recursos do BRDE para dar vazão às solicitações de operações de microcrédito. O BRDE também foi credenciado para participar do programa Banco do Agricultor Paranaense lançado em conjunto pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SEAB e Fomento Paraná.

O Banco do Agricultor Paranaense é um primeiro passo da instituição na estratégia de atuar futuramente no âmbito do crédito rural, completando o leque de setores produtivos atendidos pelas políticas públicas de financiamento ao desenvolvimento sob nossa responsabilidade. O programa visa amenizar desequilíbrios regionais por meio de uma política de juros diferenciada, para fortalecer a atividade produtiva nas regiões menos desenvolvidas. O objetivo é atender ao produtor rural com ênfase na agricultura familiar, pequenas cooperativas, associações de produtores e agroindústrias familiares apoiando a produção orgânica, o manejo sustentável de florestas e o estímulo ao uso de energia limpa, de fontes alternativas.

Avançamos com o Banco da Mulher Paranaense, programa que disponibiliza crédito com juros diferenciados para empreendimentos que tem mulheres como proprietárias ou sócias. Chegamos a quase 7.500 empreendimentos beneficiados nesta ação.

Deve ser concluída neste ano a estruturação de fundos para apoiar a projetos de inovação nas microempresas e empresas de pequeno porte, como o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FIME/PR, e o Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FCR/PR, ambos instituídos em lei.

A Fomento Paraná segue firme em seus propósitos, trabalhando na ampliação das parcerias e na modernização tecnológica, para cada vez mais e melhor atender o empreendedor com eficiência e eficácia, em cumprimento à nossa função social.

A Diretoria

I - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Fomento Paraná atua alinhada ao Plano de Governo e às políticas públicas do Estado do Paraná para contribuir com a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável.

A instituição compõe o Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas e o Serviço Social Autônomo Paranaense, com o objetivo de financiar projetos para o desenvolvimento urbano dos municípios.

Para levar o crédito aos empreendedores, a instituição se apoia em parcerias com prefeituras municipais, associações comerciais e empresariais e credenciou diversas entidades empresariais para atuar como correspondentes atendendo a empresas de micro, pequeno e médio porte.

A Fomento Paraná também é responsável pela gestão operacional e financeira de fundos públicos de desenvolvimento, fundos garantidores ou de aval e é cotista de fundos de investimento e participação (FIPs) estruturados para apoiar empreendimentos inovadores.

A instituição mantém critérios rigorosos de governança corporativa para assegurar uma gestão eficaz, preocupada em oferecer crédito responsável, de modo a manter a qualidade da carteira de clientes e a sustentabilidade da empresa.

II – PARCERIAS

A Fomento Paraná atua em todas as regiões do estado por meio de parcerias com secretarias de Estado, prefeituras municipais, órgãos de classe e entidades representativas do setor produtivo e sociedades empresariais credenciadas, que atuam na intermediação de operações de crédito.

Por meio da rede de parceiros, a Fomento Paraná apoia e participa de eventos diversos para divulgar oportunidades de financiamento públicas e privadas, com foco no desenvolvimento econômico e social.

III - PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

A Fomento Paraná atua com ênfase no apoio aos pequenos negócios oferecendo um leque de soluções que permitem financiar desde empreendedores informais até empresas de médio porte, bem como projetos de infraestrutura urbana para municípios de qualquer porte.

Os financiamentos podem ser feitos com recursos próprios ou por meio de repasses de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, da Caixa Econômica Federal – CEF, do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, do Ministério do Turismo, e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

OPERAÇÕES DO SETOR PÚBLICO

As operações do setor público, são responsáveis pela maior fatia da carteira de crédito da Fomento Paraná — 69% atualmente. Sendo 99,3% referentes ao Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), efetuadas com recursos próprios, integralizados ao capital da instituição e destacados junto ao Banco Central, e 0,7% advindas das demais linhas realizadas com recursos de repasses do BNDES e do FGTS – Fundo Garantidor do Tempo de Serviço, por meio da Caixa Econômica Federal.

Os principais objetos desses financiamentos são pavimentação de vias urbanas, aquisição de equipamentos rodoviários e barracões industriais. São atendidos também projetos para construção de escolas, postos de saúde, ciclovias, aquisição de terrenos para áreas industriais, aeroportos, centros de convivência, centros culturais, pontes, ginásios de esportes, parques, praças, sistemas de abastecimento de água e de gerenciamento de resíduos, melhoria da eficiência da iluminação pública, uso de energias alternativas, infraestrutura tecnológica, projetos de engenharia e outros.

OPERAÇÕES DO SETOR PRIVADO

MICROCRÉDITO

O Programa de Microcrédito da Fomento Paraná iniciado em 2000, é uma política de democratização do acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento local. Boa parte dos beneficiários é de empreendedores informais, que tem dificuldade de acesso ao crédito pelo sistema financeiro tradicional.

O programa funciona por meio de parcerias com os municípios, formando uma rede de agentes de crédito, que atendem além de informais, MEIs e microempresas que buscam recursos para iniciar, manter ou ampliar atividades comerciais, industriais ou de serviços. O crédito é limitado a até R\$ 10 mil para pessoa física e até R\$ 20 mil para pessoa jurídica com faturamento anual de até R\$ 360 mil.

As operações contratadas em 2021 contaram com recursos do BNDES, do BRDE e contrapartidas de recursos próprios. A rede de parceiros fechou o ano com agentes que intermediaram operações de microcrédito atuando em 283 municípios conveniados.

EMPENHAMENTOS DE MICRO, PEQUENO E MÉDIO PORTE

A Fomento Paraná também financia empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com valores acima de R\$ 20 mil, até R\$ 16 milhões, utilizando recursos próprios ou repasses do BNDES, da FINEP ou do FUNGETUR, para projetos de investimento, aquisição de bens e capital de giro. Neste segmento a Fomento Paraná atua por meio de uma rede de correspondentes credenciados, em parceria com associações comerciais e empresariais de segmentos produtivos, sindicatos patronais e sociedades empresariais especializadas. Os correspondentes operam com financiamentos de R\$ 20,1 mil a R\$ 1,5 milhão, para empresas com faturamento bruto anual entre R\$ 360 mil e R\$ 16 milhões.

Nessa faixa a Fomento Paraná mantém linhas de crédito para nichos específicos da atividade econômica, como financiamentos para aquisição e a instalação de componentes de sistemas de micro e minigeração de energia de fontes renováveis, melhoria da eficiência energética; para emissoras de rádio que precisam migrar da faixa AM para FM, entre outros.

Podem ser atendidos também projetos de inovação voltados a ampliar a competitividade, que atendem empresas com receita operacional bruta anual de até R\$ 90 milhões, com recursos da FINEP ou BNDES.

Em 31 de dezembro havia 166 instituições atuando como correspondentes credenciados à instituição.

IV - GESTÃO DE FUNDOS

A Fomento Paraná atua também na gestão operacional e financeira de fundos.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – FDE

O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), instituído pela Lei Estadual nº 5.515/67 é o principal fundo gerenciado pela Fomento Paraná, conforme determina a Lei Estadual nº 11.741/97. O FDE é destinado a fornecer apoio financeiro aos setores público e privado, por meio de operações especiais de crédito, de participações societárias e, subvenções para redução de taxas de juros para estimular o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

PARANÁ RECUPERA

O FDE foi a principal ferramenta utilizada para atender os empreendedores da iniciativa privada, especialmente pequenos negócios, a partir de abril de 2020, quando foram decretadas as primeiras medidas para isolamento e distanciamento social, restringindo as atividades econômicas.

O Governo do Estado autorizou a Fomento Paraná, por meio da Lei Estadual nº 20.164/20, a adotar medidas para apoiar a recuperação econômica dos empreendedores formais e informais. Foi então criado o Programa Paraná Recupera, com uma linha de crédito especial para atender empreendedores informais, micro e pequenas empresas e outra para empreendedores de atividades de transporte de passageiros nos segmentos de turismo e de transporte escolar.

O programa foi reativado em março de 2021, com um aporte de recursos do Tesouro do Estado e recursos remanejados de outros programas do FDE. Assis foram atendidos 5.901 empreendedores, com a liberação de R\$ 24,9 milhões em empréstimos de capital de giro de até R\$ 5.000,00, para informais, MEIs e microempresas, visando a manutenção dos empreendimentos em atividade. Outros 159 empreendedores do transporte de passageiros no segmento de turismo e no transporte escolar foram atendidos com a linha Paraná Recupera – Transportes, com R\$ 1,4 milhão contratado no ano.

SEGURO RURAL

A Fomento Paraná utiliza recursos do FDE para subvencionar o prêmio do Seguro Rural de 29 culturas agrícolas e apoiar o Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar, gerenciado pela SEAB. A subvenção reduz em até 50% o custo que o produtor paga a título de prêmio pela apólice de seguro.

As equalizações decorrentes da operacionalização do Programa de Subvenção ao Seguro Rural durante o exercício de 2021 acumularam um total de R\$ 8,3 milhões.

EQUALIZAÇÃO

O FDE também é usado como fonte de recursos para subvenção econômica (redução de taxas de juros) em apoio a programas e linhas de financiamento mantidas pela Fomento Paraná:

- Redução de 7,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco da Mulher Paranaense;

- Redução de 5,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco do Empreendedor — com a pandemia esse benefício foi estendido para operações de capital de giro visando a manutenção de empregos;

- Redução nas taxas de juros em Operações do Setor Público, nas linhas do Sistema de Financiamento aos Municípios, para municípios atingidos por intempéries climáticas; e

- Redução de taxas do SFM para zero em financiamentos municipais para aplicações específicas, como implantação de barracões industriais e comerciais; instalação de *coworkings*; equipamentos para feiras livres; entre outros objetos propostos para estimular a retomada da atividade econômica.

Para esses programas, o FDE possui os seguintes destaques para subvenções albergadas pela legislação pertinente:

Programa Manutenção de Salário	R\$ 15 milhões
Banco da Mulher Paranaense	R\$ 3 milhões
Subsídio Juro Zero - SFM	R\$ 16 milhões
Fomento Turismo	R\$ 5 milhões
Trator Solidário	R\$ 5 milhões

O FDE é também a fonte de recursos para a equalização de taxas de juros no programa Banco do Agricultor Paranaense nas operações de crédito rural contratadas pelas instituições financeiras conveniadas: Banco do Brasil e BRDE.

Até dezembro de 2021, foram destacados para o Programa Paraná Mais Emprego - Banco do Agricultor Paranaense R\$ 62,8 milhões, para a equalização de juros das operações contratadas perante as instituições conveniadas, durante os próximos exercícios. Do total aprovado e destacado, R\$ 40 milhões são oriundos de aportes do Tesouro Estadual no FDE e R\$ 22,8 milhões são oriundos de disponibilidades do FDE ou da previsão de retorno de operações de crédito.

FUNDO DE AVAL RURAL – FAR

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR), instituído pela Lei Estadual nº 14.431/04. O FAR provê recursos para garantir a redução do risco nas operações contratadas por agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, junto à rede bancária conveniada. Em valores históricos, esse fundo já beneficiou 13.811 tomadores de crédito rural, tendo alavancado mais de R\$ 100 milhões em créditos do PRONAF operados pelo Banco do Brasil. Esse fundo foi paralisado para ser remodelado e atualizado, visando operar sob novas condições de sustentabilidade.

FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO – FEM

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) foi instituído pela Lei Estadual nº 16.357/09 e tem por finalidade prover recursos financeiros para garantir o subsídio ao pagamento de juros aos tomadores de crédito nas operações de microcrédito da Fomento Paraná.

Reformulado em 2019, por meio de alterações na legislação, esse fundo proporciona a redução de 5,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros em operações do programa de microcrédito e uma redução de 7,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros das operações de microcrédito do programa Banco da Mulher Paranaense. O objetivo desta medida foi de estimular o empreendedorismo feminino no estado facilitando o acesso ao crédito para promover a geração de emprego e renda.

Ao longo de 2021 foi realizado o aporte de R\$ 3,6 milhões no FEM, parte do total de R\$ 19,9 milhões destacado pelo Conselho de Investimento do FDE a ser aportado no decorrer dos próximos 3 anos, e teve origem na parcela de JCP destinados ao Tesouro do Estado e outras disponibilidades do FDE.

Ainda, no exercício de 2021, foi repassado à Fomento Paraná o valor de R\$ 3,2 milhões de reais a título de equalização de juros em operações de créditos, sendo R\$ 2,3 milhões em equalizações do Programa Banco da Mulher Paranaense e R\$ 853 mil do Programa Banco do Empreendedor.

FUNDO DE AVAL GARANTIDOR – FAG/PR

A Fomento Paraná é a gestora do Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FAG/PR), instituído por meio da Lei Estadual nº 19.478/18. A finalidade do FAG/PR é atuar como facilitador da concessão de crédito, por meio da disponibilização de recursos financeiros para garantias na concessão de aval às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no estado do Paraná, em conformidade com a Lei Complementar nº 163/13.

As outorgas de garantias do FAG/PR podem ser prestadas em operações de crédito realizadas com recursos próprios ou de repasses de instituições oficiais de crédito. Foram firmados convênios com a Fomento Paraná e BRDE.

Com aporte inicial de R\$ 7,2 milhões, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, o FAG/PR tem condições de alavancar até 12 vezes o Patrimônio Líquido. Obrigatoriamente, 30% do patrimônio do fundo deve ser aplicado em garantias para microempresas (faturamento anual até R\$ 360 mil) e o restante para pequenas empresas (faturamento anual até R\$ 4,8 milhões).

Na Fomento Paraná, inicialmente o FAG/PR foi destinado a garantir operações da linha Fomento Turismo. Em breve será usado também como opção de garantia para operações de microcrédito. As garantias emitidas pelo FAG/PR até 31 de dezembro de 2021, somam R\$ 22,3 milhões referentes a R\$ 28,7 milhões em operações contratadas pela Fomento Paraná e BRDE.

FUNDO GARANTIDOR DE PPPs – FGP/PR

O Fundo Garantidor de PPPs – FGP/PR foi criado para prestar garantias ao setor privado no cumprimento de obrigações do poder público em contratos de PPPs, conforme a Lei Estadual nº 17.046/12, que definiu a Fomento Paraná como gestora. O FGP/PR tem como cotistas o Estado do Paraná e o FDE. A administração dos recursos financeiros do fundo está a cargo da Superintendência Nacional de Fundos da Caixa Econômica Federal (CEF).

Com o advento da pandemia, o Conselho de Investimentos do FDE deliberou pelo resgate de parte das cotas pertencentes ao FDE e a destinação dos recursos ao Programa Paraná Recupera visando apoiar empreendedores paranaenses atingidos pela pandemia com crédito ou subvenção de taxas de juros.

A injeção de recursos para assegurar o cumprimento das obrigações do FGP/PR se dá por meio de um arranjo financeiro que pode envolver ativos diversos entre recursos líquidos, ações de companhias paranaenses e ainda recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Do valor líquido do crédito do FPE que se destina ao Estado do Paraná, até 5% podem ser direcionados à conta-garantia geral para a eventual cobertura de obrigações do fundo em contratos em PPPs. Até o momento o FGP não foi utilizado como garantidor em projetos de parcerias público-privadas. Fato que originou a recomendação do Tribunal de Contas do Estado para a suspensão das atividades do FGP/PR e dos gastos para sua manutenção. Está em andamento um plano de ação para suspensão das atividades deste fundo.

FUNDOS EM ESTRUTURAÇÃO

A Fomento Paraná foi designada como gestora e está estruturando novos fundos criados pelo Governo do Estado para apoiar o fortalecimento das micro e pequenas empresas: Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FCR/PR) e Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR), que estão em fase de definição regulamentar para sua operacionalização.

A Fomento Paraná também foi designada como gestora e está estruturando Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura do Programa de Parcerias do Paraná ou de desestatização (FUNPAR). Trata-se de um fundo de natureza contábil, com a finalidade de custear a concessão de crédito à estruturação de projetos de parcerias, nos termos definidos em regulamento.

V - FUNDOS INVESTIDOS

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS – FGI

A Fomento Paraná é cotista do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI do BNDES. O fundo é usado como alternativa de garantia, ou garantia complementar, em operações de financiamento com recursos do BNDES (BNDES Finame e BNDES Automático), da FINEP, do FUNGETUR ou recursos próprios, para projetos de empresas de micro, pequeno e médio porte.

Ao final de dezembro de 2021 a carteira de operações garantidas pelo FGI somou 1.465 contratos com saldo de R\$ 144,3 milhões em operações de crédito.

FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO – FIP

A Fomento Paraná é cotista de três fundos de investimento em participação. Os fundos Criatec3 e Sul Inovação, estruturados respectivamente pelo BNDES e pela FINEP, que retinem aproximadamente R\$ 250 milhões para apoiar, com capital de risco, empreendimentos inovadores e com alto potencial de crescimento, e o Fundo VC4 da Trivella M3 Investimentos, que visa investir em empresas de tecnologia em “*late stage*” e até o momento tem um montante total subscrito de R\$ 100 milhões. Parte dos recursos devem ser alocados em empreendimentos sediados no Paraná, em valor no mínimo equivalente aos aportes da Fomento Paraná, que subscreveu R\$ 9,5 milhões distribuídos em:

Criatec3	R\$ 1,5 milhões
Sul Inovação	R\$ 3,0 milhões
TM3 Capital VC4	R\$ 5,0 milhões

continua na próxima página ---->



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VI - GESTÃO DE COBRANÇA

COBRANÇA DE ATIVOS E BENS

A Fomento Paraná é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da carteira de desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde março de 2001. O montante recuperado relativo à carteira dos Ativos do Estado registrado no ano de 2021 foi de R\$ 9,9 milhões.

Foi aprovada a Lei Estadual nº 20.743/21, que instituiu o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - (BADEP) e transferiu à Fomento Paraná a gestão plena e a administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do BADEP. O objetivo da lei é tornar viável a regularização dos débitos, das obrigações e dos demais acréscimos legais desses créditos. A nova lei autorizou a Fomento Paraná a fazer a cobrança administrativa pelos valores e encargos contratuais vigentes dos contratos em situação de adimplência. Os pedidos de renegociação dos mutuários deverão ser recebidos a partir de 2022, após a formalização do convênio de gestão desses ativos com a Secretaria de Estado da Fazenda.

VII - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido da Fomento Paraná no exercício de 2021 foi de R\$ 81,3 milhões. O valor representa um aumento de 50,1% sobre o lucro registrado no mesmo período de 2020 (R\$ 54,2 milhões). Esse crescimento decorre de dois fatores: (i) crescimento de 75% no resultado operacional, totalizando R\$ 94,6 milhões (contra R\$ 54,1 milhões em 2020); e (ii) redução de 39% dos valores recolhidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), devido ao registro de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no montante de 95% sobre o lucro líquido.

O registro de JCP gerou uma economia tributária de aproximadamente R\$ 35 milhões no exercício. Em 2020 havia uma limitação de distribuir apenas 30% do resultado, o que contribuiu para a queda do lucro daquele ano.

O bom desempenho do resultado operacional é consequência do crescimento de 28% no resultado bruto da intermediação financeira, impulsionado pelas receitas das operações de crédito, líquidas de despesas de captação, que cresceram 11,7% frente ao exercício de 2020 (R\$ 119,5 milhões) e somaram R\$ 133,6 milhões em 2021. Houve aumento também nas receitas de aplicações financeiras, de 72,9%, decorrente da elevação da taxa SELIC, que remunera em torno de 46% dos ativos da instituição.

O resultado operacional foi beneficiado ainda por uma redução de aproximadamente 3% das despesas operacionais, que totalizaram R\$ 70,1 milhões frente aos R\$ 73 milhões registrados em 2020. O item despesas de pessoal, que representa 48% do total das despesas operacionais, teve uma redução de 0,33%.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Fomento Paraná aumentou em R\$ 138,2 milhões (7,5%) e totalizou R\$ 1.986,7 milhões ao final do exercício de 2021. O crescimento decorre de aumentos de capital, na ordem de R\$ 73,1 milhões, sendo: (i) R\$ 60,0 milhões, autorizados em março de 2021, oriundos de aporte em espécie pelo acionista controlador, o Estado do Paraná, captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa Paraná Urbano III. O programa prevê a realização de um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento urbano e melhorias de infraestrutura dos municípios paranaenses por meio do Sistema de Financiamento aos Municípios - SFM; e (ii) incorporação de Juros sobre o Capital Próprio de 2020, no valor de R\$ 13,1 milhões.

Também foram incorporados os resultados destinados no exercício de 2021, na ordem de R\$ 65,1 milhões. Desse total, R\$ 60,7 milhões são oriundos do registro de Juros sobre o Capital Próprio adicional ao mínimo estatutário na rubrica Reservas de Lucros Especiais.

A rentabilidade medida pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio correspondeu a 4,24% no exercício, frente a um índice de 2,98% registrado ao final do exercício de 2020.

ATIVOS

Os Ativos da Fomento Paraná totalizaram R\$ 2.414,1 milhões em dezembro de 2021, tendo um crescimento de 5,14% comparado ao final do exercício de 2020 (R\$ 2.296,0). A carteira de crédito bruta somou R\$ 1.302,4 milhões — líquida da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, soma R\$ 1.254,5 milhões, o que representa 52,0% dos ativos.

Os ativos de tesouraria representam 45,8% dos ativos totais e somaram R\$ 1.105,0 milhões, totalmente lastreados em títulos públicos federais. Isso justifica o aumento da rentabilidade gerada no exercício, que se beneficiou do aumento sucessivo da taxa SELIC, que encerrou 2021 em 9,25%, frente a uma SELIC de 2% ao final de 2020.

Os demais ativos somam R\$ 54,5 milhões, representando 2,2% dos ativos da instituição.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito privada da Fomento Paraná apresentou crescimento de 6,64%, atingindo R\$ 409,2 milhões, o que representa 31,4% da carteira total. Destaque para a carteira de microcrédito que atingiu a marca de R\$ 141 milhões, um crescimento de 28,8% em relação da 2020. Na carteira pública ocorreu uma redução de 10,4%, afetada pelo desempenho no primeiro semestre. Naquele período as novas contratações ficaram paralisadas por conta da Lei Complementar nº 178/21, que instituiu o Programa Federal de Acompanhamento e Transparência Fiscal e limitou a capacidade dos municípios de tomar crédito. Essa situação foi revertida, conforme relatado anteriormente, mas não impediu uma queda no volume de liberações do exercício.

Adicionalmente a carteira pública foi impactada por conta das ações adotadas pela instituição em apoio a empreendedores e municípios no Programa Paraná Recupera. Foi concedida uma

moratória aos Municípios em 2020, na ordem de R\$ 126,2 milhões. Esses valores foram diluídos no prazo de amortização dos contratos em vigor e passaram a ser liquidados em 2021. Como resultado, a carteira de crédito bruta da instituição apresentou uma retração de 5,69% em dezembro de 2021, quando comparada ao valor registrado em dezembro de 2020, passando de R\$ 1.381,0 milhões para R\$ 1.302,4 milhões.

FONTES DE RECURSOS

Parte das operações de financiamento contratadas pela Fomento Paraná são realizadas com recursos próprios (capital livre ou integralizado ao capital social e destacado junto ao Banco Central) e parte dos recursos são captados por meio de repasses de instituições oficiais para as quais a Fomento Paraná atua como agente financeiro: BNDES/FINAME, FINEP, CEF-FGTS, CEF/Microcrédito PNMPO, FUNGETUR/Ministério do Turismo e BRDE.

No exercício de 2021, a Fomento Paraná captou R\$ 83,2 milhões em repasses dessas entidades, valor inferior ao volume captado no mesmo período do ano anterior, de R\$ 207,7 milhões. Neste exercício destacamos a primeira captação de recursos realizada junto ao BRDE (R\$ 10 milhões), e captações do BNDES (R\$ 10 milhões) e CEF (R\$ 11 milhões), todos para operar a linha de microcrédito.

DESEMBOLSOS

Os desembolsos da Fomento Paraná com a liberação de recursos de financiamentos e empréstimos contratados em Operações do Setor Público e do Setor Privado somaram R\$ 324,9 milhões no exercício de 2021. O valor é 28,4% inferior ao realizado no exercício de 2020, mas equivalente ao registrado nos últimos exercícios.

VIII - DESTAQUES DO PERÍODO

Destacamos as principais ações e eventos que marcaram as atividades da Fomento Paraná em 2021.

- A Fomento Paraná contratou 13.755 operações de crédito para empreendimentos privados no período de janeiro a dezembro de 2021, totalizando R\$ 163 milhões repassados a empreendedores informais, MEIs e de micro e pequeno porte.
- Neste volume destacamos 6.060 operações créditos que somam R\$ 26,2 milhões liberados pelas linhas Paraná Recupera e Paraná Recupera - Transportes, com recursos do Tesouro Estadual (SEFA) e do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).
- O Banco da Mulher Paranaense, que disponibiliza crédito com taxas de juros mais baixas para empreendimentos que tem mulheres como proprietárias ou sócias, atendeu 4.041 empreendedoras com a liberação de R\$ 46 milhões no período. No acumulado desde 2019 o programa já soma R\$ 92,7 milhões, com 7.745 empreendimentos atendidos.
- A Fomento Paraná contratou até dezembro R\$ 420 milhões em operações do Setor Público, para financiar 106 projetos de 77 municípios paranaenses para obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros.
- Campanhas realizadas para sensibilizar e estimular a clientela a solicitar a renegociação de contratos, evitando a inadimplência, beneficiaram mais de 3.269 empreendimentos de todos os portes. Os valores renegociados, que incluem ativos do Estado e do FDE, somam R\$ 102,8 milhões.
- A Fomento Paraná reduziu as taxas de juros para operações de microcrédito em 4 pontos percentuais ao ano, em maio. O Banco da Mulher Paranaense, que tinha taxas a partir de 0,76% ao mês, baixou para a partir de 0,45% ao mês. No Banco do Empreendedor a menor taxa mensal passou de 0,91% para 0,60%.
- Também nas Operações do Setor Público foram reduzidas as taxas de juros, em 2 pontos percentuais ao ano, em todas as faixas. A menor taxa do SFM ficou em 2,0% ao ano, para municípios com menos de 20 mil habitantes e IPDM abaixo de 0,6. A maior taxa é de 3,25% ao ano e o indexador dos contratos também foi revisado, substituindo-se a TLP pelo IPCA.
- A Fomento Paraná e a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho firmaram uma parceria e foi retomada a oferta de microcrédito na Agência do Trabalhador de Curitiba, para estimular o empreendedorismo apoiando a implantação, manutenção ou ampliação de pequenos negócios.
- A Fomento Paraná participa do programa Banco do Agricultor Paranaense, que visa reduzir as taxas de juros de financiamentos de crédito rural contratados junto ao BRDE e ao Banco do Brasil. A subvenção é feita por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). O Conselho de Investimentos do FDE destacou R\$ 41 milhões para equalizações do programa, que beneficia principalmente agricultores familiares, mas atende a outros portes de empreendimentos com linhas de crédito para projetos que envolvem energias renováveis e irrigação. Até dezembro foram firmadas pelas duas instituições neste programa 930 operações de crédito, com o valor total contratado de R\$ 112.877.766,83. Esse volume implica em um total de R\$ 23,3 milhões a ser repassado pelo FDE a título de equalização de juros ao longo dos próximos exercícios.
- O BNDES renovou o limite de repasses para operações de crédito da Fomento Paraná com recursos da instituição federal para o período de julho de 2021 a junho de 2022, na ordem de R\$ 123,9 milhões.
- A Fomento Paraná captou R\$ 10 milhões em recursos do BRDE para operações de microcrédito.
- A Fomento Paraná captou R\$ 11 milhões em recursos da Caixa Econômica Federal para operações de microcrédito.
- Foram capacitadas dez turmas de agentes de crédito e outras dez turmas de correspondentes, tendo sido ativados 259 novos prepostos de entidades ou empresas especializadas.
- A Fomento Paraná está presente em 295 municípios com agentes de crédito ou correspondentes, com um total de 450 postos de atendimento.
- Equipes das áreas de Tecnologia da Informação e de Operações do Setor Privado aprimoraram a plataforma de processamento de operações para acelerar a concessão de crédito por meio de ferramentas digitais. Com a parametrização da análise econômica e financeira nas operações de microcrédito, por exemplo, o prazo de liberação foi reduzido para menos de uma semana.

ram a plataforma de processamento de operações para acelerar a concessão de crédito por meio de ferramentas digitais. Com a parametrização da análise econômica e financeira nas operações de microcrédito, por exemplo, o prazo de liberação foi reduzido para menos de uma semana.

- A Fomento Paraná manteve um assento na diretoria da ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento (reúne as Instituições Financeiras de Desenvolvimento) no biênio 2021-2023.
- A Fomento Paraná vem trabalhando na captação de novas fontes de recursos para financiamentos. Estão em andamento processos junto à CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, Banco do Brasil, BNDES e uma captação junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio de um aporte do Tesouro do Estado, além da Caixa Econômica.
- A Fomento Paraná colocou em operação o FAMPE – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, em parceria com o Sebrae. O fundo é uma opção de garantia ao aval de terceiros em operações de microcrédito. O FAMPE pode garantir até R\$ 48 milhões em operações de microcrédito.
- O FAG – Fundo de Aval Garantidor das Micro e Pequenas Empresas, que é gerenciado pela Fomento Paraná, está sendo preparado para fornecer garantias também em operações de microcrédito. Por meio do FAMPE e do FAG poderão ser beneficiados até 7.000 empreendimentos de MEIs e microempresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil.
- Com o avanço da imunização da população com as vacinas contra a covid-19, a Fomento Paraná retomou os eventos presenciais. Foram realizados seis Encontros Regionais de Agentes de Crédito e Correspondentes, em parceria com o Sebrae, nas cidades polo de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Pato Branco. Também foi realizado um encontro estadual que reuniu mais de 250 agentes de crédito, em Foz do Iguaçu, onde foram reconhecidos os municípios com melhor desempenho em operações de microcrédito no período.
- A Fomento Paraná retomou a movimentação de viagens para contato com prefeitos para formalização de parcerias com os municípios, associações comerciais e outras entidades, para ampliar oferta de crédito aos empreendedores informais, de micro, pequeno e médio porte. Foram visitados pelo diretor-presidente e assessores 97 municípios ao longo do ano.
- A Fomento Paraná repetiu em 2021 a Caravana de Crédito Turismo percorrendo o litoral, costa oeste e municípios banhados por represas dos rios Iguaçu e Paranapanema que apresentam potencial turístico. A caravana leva aos empreendedores do segmento turístico informações e oportunidades de tomar crédito para se preparar para atender visitantes na temporada de verão. Os eventos contam com parceria das prefeituras e associações comerciais.
- A Fomento Paraná firmou uma parceria com o município de Francisco Beltrão para a oferta de financiamentos pelo Programa Juro Zero a empreendedores locais. Já foram feitas parcerias semelhantes em com os municípios de Foz do Iguaçu, Guarapuava e Ponta Grossa.
- A Fomento Paraná aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). A iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCCLA) é coordenada e executada pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).
- O Fomento Paraná é uma das patrocinadoras do projeto Academia Abrasel, que prepara jovens em um curso completo de qualificação e capacitação para o trabalho em bares e restaurantes de Curitiba. Jovens que concluem o curso são contratados com carteira de trabalho assinada.
- A Fomento Paraná chegou à marca de 53 mil clientes ativos entre empreendedores informais, MEIs, empresas de micro e pequeno ou médio porte, que contrataram empréstimos ou financiamentos com recursos da instituição, do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), repasses do BNDES, BRDE ou FINEP, e clientes de Ativos do Estado.
- A Fomento Paraná, via FDE, destinou R\$ 8,3 milhões para pagamento da subvenção do Programa de Seguro Rural para Agricultura Familiar, gerenciado pela Secretaria de Estado e Abastecimento -SEAB. A subvenção reduz em até 50% o custo que o produtor paga a título de prêmio pela apólice de seguro, beneficiando 29 culturas agrícolas.
- Foi aprovada a Lei Estadual nº 20.743/21 (Lei do BADEP), que instituiu o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP. A lei transfere à Fomento Paraná a gestão plena e a administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do BADEP e autoriza também a cobrança administrativa pelos valores e encargos contratuais vigentes dos contratos em situação de adimplência. O processo de gestão dessa carteira está em ajuste e deve se efetivar a partir de 2022.
- Em parceria com o Serviço Social Autônomo Paranaense, a Fomento Paraná internalizou uma série de procedimentos que eram feitos pelo Paranaense e acelerou a análise dos pedidos de financiamento nas operações do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), reduzindo prazos de análise de 90 para 20 dias e qualificando ainda mais a aprovação das operações.
- A Fomento Paraná assinou o boletim de subscrição de cotas do Fundo VC4 Trivella. Esse Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia possui prazo de 7 anos e objetivo de investir em empresas de tecnologia que apresentem soluções de hardware e/ou software e que estejam em etapa de expansão nacional e/ou internacional, através de crescimento orgânico ou via consolidação de mercado. O fundo deverá destinar investimento também a empresas paranaenses e no mínimo uma delas com participação societária feminina.
- A Fomento Paraná assinou um termo de cooperação com o Parque Tecnológico Itaipu Brasil (PTI-BR), um ecossistema de inovação que integra instituições de ensino, empresas e órgãos governamentais e promove a sinergia e a troca de conhecimentos em prol do desenvolvimento de soluções para a sociedade. A intenção é colocar à disposição a nova parceria os recursos do Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FIME/PR e do Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FCR/PR para ofertar crédito a empresas envolvidas em projetos de inovação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		1.471.065	1.296.140
DISPONIBILIDADES	3d e 4	1	2
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.483.757	1.302.727
Títulos e valores mobiliários	3e, 4 e 5	1.065.928	878.963
Operações de crédito	3e e 6	417.829	423.764
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3e e 6	(17.477)	(18.054)
OUTROS ATIVOS	7	4.784	11.465
NÃO CIRCULANTE		943.010	999.825
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		923.682	982.947
Títulos e valores mobiliários	3e, 4 e 5	39.098	25.699
Operações de crédito	3e e 6	884.584	957.248
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3e e 6	(30.420)	(24.646)
OUTROS ATIVOS	7	24.529	18.898
ATIVO FISCAL DIFERIDO	3a, 3f e 17	24.745	22.142
INVESTIMENTOS		2	2
IMOBILIZADO DE USO	3g e 8	1.777	1.715
INTANGÍVEL	3h e 9	355	305
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO		(1.660)	(1.538)
(-) Imobilizado	3g e 8	(1.353)	(1.234)
(-) Intangível	3h e 9	(307)	(304)
TOTAL DO ATIVO		2.414.075	2.295.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2021	Acumulado em	
			31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		120.261	210.722	165.338
Operações de crédito	3e e 16a	86.292	165.531	139.198
Resultado das operações com títulos e valores mobiliários	3e e 5	33.969	45.191	26.140
DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		(26.381)	(57.300)	(45.505)
Operações de empréstimos e repasses	16b	(17.582)	(31.954)	(19.648)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3e e 6f	(8.799)	(25.346)	(25.857)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		93.880	153.422	119.833
Receitas de prestação de serviços	16c	4.391	9.214	5.498
Despesas de pessoal	16d	(17.982)	(34.283)	(34.396)
Outras despesas administrativas	16e	(12.677)	(26.292)	(30.622)
Despesas tributárias	16f	(5.043)	(8.802)	(6.978)
Despesas/reversão de provisão	16g	(355)	448	(440)
Outras receitas e despesas operacionais	16h	416	896	1.216
RESULTADO OPERACIONAL		62.630	94.603	54.111
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		3	21	5
RESULTADO ANTES DA TRIBUTACÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		62.633	94.624	54.116
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3f e 17	(7.988)	(9.916)	1.619
Corrente		(8.448)	(12.519)	(20.523)
Diferido		460	2.603	22.142
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(1.824)	(3.367)	(1.532)
LUCRO LÍQUIDO		52.821	81.341	54.203
N.º de ações		1.647.047	1.647.047	1.573.931
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (Em R\$)		32,07	49,39	34,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAL		
SALDOS EM 31/12/2019		1.493.587	-	3	68.898	163.380	67.887	-	1.793.755
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de ações no país		-	80.344	-	-	-	(67.887)	-	12.457
Incorporação ao capital homologado BACEN	15b	80.344	(80.344)	-	-	-	-	-	-
Outros eventos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de ações		-	-	1	-	-	-	-	1
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	54.203	54.203
Destinações		-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	-	-	2.710	36.044	-	(38.754)	-
Juros sobre capital próprio - mínimo estatutário	3m e 15c	-	-	-	-	-	-	(11.936)	(11.936)
Juros sobre capital próprio - adicional ao mínimo		-	-	-	-	-	3.513	(3.513)	-
SALDOS EM 31/12/2020		1.573.931	-	4	71.608	199.424	3.513	-	1.848.481
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO		80.344	-	1	2.710	36.044	(64.373)	-	54.726
SALDOS EM 31/12/2020		1.573.931	-	4	71.608	199.424	3.513	-	1.848.481
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de ações no país		-	73.116	-	-	-	(3.513)	-	69.603
Incorporação ao capital homologado BACEN	15b	73.116	(73.116)	-	-	-	-	-	-
Outros eventos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de ações		-	-	1	-	-	-	-	1
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	81.341	81.341
Destinações		-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	15c	-	-	-	4.067	3.862	-	(7.929)	-
Juros sobre capital próprio - mínimo estatutário	3m e 15c	-	-	-	-	-	-	(12.744)	(12.744)
Juros sobre capital próprio - adicional ao mínimo	3m e 15c	-	-	-	-	-	60.668	(60.668)	-
SALDOS EM 31/12/2021		1.647.047	-	5	75.675	203.286	60.668	-	1.986.681
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO		73.116	-	1	4.067	3.862	57.155	-	138.200
SALDOS EM 30/06/2021		1.633.931	13.116	5	73.035	200.778	21.202	-	1.942.067
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao capital homologado BACEN		-	13.116	(13.116)	-	-	-	-	-
Outros eventos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de ações		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	52.821	52.821
Destinações	15c	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	-	-	2.640	2.508	-	(5.148)	-
Juros sobre capital próprio - mínimo estatutário	3m e 15c	-	-	-	-	-	-	(8.206)	(8.206)
Juros sobre capital próprio - adicional ao mínimo	3m e 15c	-	-	-	-	-	39.466	(39.466)	-
SALDOS EM 31/12/2021		1.647.047	-	5	75.675	203.286	60.668	-	1.986.681
MUTAÇÕES NO SEMESTRE		13.116	(13.116)	-	2.640	2.508	39.466	-	44.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2021	Acumulado em	
			31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		62.633	94.624	54.116
Depreciações e amortizações		65	122	123
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		8.799	25.346	25.857
Provisões para contingências		573	(221)	440
Provisão para perdas/desvalorizações		24	(173)	24
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		72.094	119.698	80.560
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		1.359	9.709	(142.295)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		(12.905)	(13.398)	4.359
Redução (aumento) em operações de crédito		24.977	58.451	(251.951)
Redução (aumento) em outros créditos		(2.243)	(1.475)	(22.854)
Redução (aumento) em créditos tributários		460	2.603	22.142
Redução (aumento) em outros valores e bens		133	(102)	(916)
Aumento (redução) obrigações por repasses do país		(3.818)	(16.090)	114.862
Aumento (redução) outras obrigações		753	2.685	332
Aumento (redução) impostos e contribuições a recolher		723	367	147
Pagamento de participação nos lucros		(6)	(572)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.715)	(22.760)	(8.416)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		73.453	129.407	(61.735)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações em imobilizado de uso		(3)	(62)	(219)
Aplicações em intangível		(50)	(50)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(53)	(112)	(219)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Juros sobre capital próprio		(2.331)	(2.331)	(3.053)
Aporte de capital em espécie	15b	-	60.000	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(2.331)	57.669	(3.053)
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		71.069	186.964	(65.007)
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Início do período		994.860	878.965	943.972
Fim do período	3d e 4	1.065.929	1.065.929	878.965
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		71.069	186.964	(65.007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná ("Instituição"), situada na Rua Comendador Araújo, 652 - Batel, em Curitiba - PR, é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual n.º 11.741/1997 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n.º 2.828/2001 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos e programas oficiais;
- Orçamentos federal, estaduais e municipais;
- Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de micro finanças - DIM; e,
- Outras modalidades de captação, desde que aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado e, ainda, participar de empreendimentos públicos e privados.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Declaração de conformidade e base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e levam em consideração as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (n.º 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009), Lei do Sistema Financeiro Nacional (n.º 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN.
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2021	Acumulado em	
		31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO	52.821	81.341	54.203
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	52.821	81.341	54.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2021	%	Acumulado em		%	
				31/12/2021	31/12/2020		
RECEITAS		115.720		195.766		145.617	
Intermediação financeira		120.261		210.722		165.338	
Prestação de serviços	16c	4.391		9.214		5.498	
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(8.799)		(25.346)		(25.857)	
Outras receitas/despesas		(133)		1.176		638	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(17.582)		(31.954)		(19.648)	
Materiais, energia e outros		(118)		(223)		(190)	
Serviços de terceiros		(7.201)		(16.103)		(22.087)	
Processamento de dados	16e	(1.475)		(2.825)		(2.944)	
Outros		(2.753)		(5.137)		(3.500)	
VALOR ADICIONADO BRUTO		86.591		139.524		97.248	
Despesas de amortização/depreciação		(65)		(122)		(123)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		86.526		139.402		97.125	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(86.526)	100	(139.402)	100	(97.125)	100
PESSOAL	16d	(17.288)	20	(32.817)	24	(30.844)	32
Remunerações e honorários		(14.126)		(26.839)		(25.312)	
Benefícios e treinamento		(2.378)		(4.470)		(3.954)	
FGTS		(784)		(1.508)		(1.578)	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		(15.551)	18	(23.553)	17	(10.447)	11
Federais		(15.233)		(22.900)		(9.993)	
Estadual		(38)		(72)		(63)	
Municipais		(280)		(581)		(391)	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		(866)	1	(1.691)	1	(1.631)	2
Aluguéis	16e	(866)		(1.691)		(1.631)	
REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	15c	(52.821)	61	(81.341)	58	(54.203)	55
Juros sobre capital próprio		(47.672)		(73.412)		(15.449)	
Lucros retidos		(5.149)		(7.929)		(38.754)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

Pronunciamento	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	CMN n.º 4.144/2012
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CMN n.º 3.566/2008
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	CMN n.º 4.524/2016
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	CMN n.º 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	CMN n.º 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CMN n.º 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente	CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CMN n.º 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	CMN n.º 4.535/2016
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	CMN n.º 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	CMN n.º 4.748/2019

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN n.º 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõe alterações nos documentos e divulgações a serem realizados. Pela avaliação da respectiva norma, o Fomento Paraná não estará mais sujeita a elaboração e publicação das Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/Relatório dos Auditores. Sendo mantidas a obrigatoriedade de publicação dos documentos: (i) Balancete Patrimonial Analítico - Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADC 4060); (ii) Balanço Patrimonial - Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADC 4066), para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro. O Relatório do Conglomerado Prudencial, instituído pela referida norma, e com periodicidade semestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro, não será aplicável a Fomento Paraná, em cumprimento ao estabelecido na Resolução BCB n.º 146 § 1º, devido seu enquadramento como Segmento 4 (S4). Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n.º 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, de forma a implementar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Fomento Paraná, juntamente com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados. A norma estabelece ainda que as Instituições deverão elaborar e remeter ao BACEN até 30 de junho de 2022, o plano de implementação nova regulamentação contábil, com divulgação nas notas explicativas do exercício de 2022. Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 22 de março de 2022.

b) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações financeiras correspondem àqueles aplicados às demonstrações financeiras elaboradas no exercício findo em 31.12.2020, exceto pela adoção das seguintes normas regulamentares:

Resolução CMN n.º 4.747, de 29 de agosto de 2019.

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN n.º 4.747 e a Carta-Circular BACEN n.º 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. A Resolução CMN n.º 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

Próprius - seja realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou

Recebíveis - tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

A Fomento Paraná aplicou a referida norma a partir de 01.01.2021, conforme nota explicativa 7. **Resolução CMN n.º 4.877, de 23 de dezembro de 2020.**

A partir de 01 de janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução CMN n.º 4.877, que consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas

continua na próxima página ---->



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



instituições financeiras, estabelecendo o reconhecimento do passivo relativos a períodos correntes e períodos anteriores referentes a:

a) parcelas do resultado do período atribuídas ou a serem atribuídas a empregados e a administradores ou a fundos de assistência, com base em disposições legais, estatutárias ou contratuais, ou propostas pela administração para aprovação da assembleia geral ordinária ou reunião de cotistas ou sócios; e

b) demais obrigações assumidas com empregados.

Estabelece ainda, que no reconhecimento mensal das obrigações relativas a férias, décimo terceiro salário, licenças-prêmio e demais encargos conhecidos ou calculáveis, devem ser incluídos os valores decorrentes de aumento salarial futuro previsto em lei, contrato ou convenção coletiva de trabalho e na política interna da instituição.

A Fomento Paraná reconhece mensalmente uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Participação nos lucros" na demonstração do resultado) o cálculo considera o lucro após certos ajustes. O reconhecimento de uma provisão ocorre quando está contratualmente estabelecido ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c) Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

As Resoluções CMN nº 4.818/2020 e BCB nº 2/2020 alteraram os critérios gerais de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras a serem adotados pelas Instituições Financeiras, dessa forma visando adequar as informações apresentadas em 31.12.2020, foram efetuadas as seguintes alterações.

Balanco Patrimonial

a) Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos fiscais correntes e diferidos e provisão para contingências.

Notas explicativas

b) Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em linha com nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Conforme determinado no inciso V, do § 2º do artigo 20, da Resolução BCB nº 2/2020, os créditos tributários diferidos são apresentados integralmente no ativo não circulante, independentemente de sua expectativa de realização.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela Fomento Paraná para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.818/2020.

e) Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (títulos de valores mobiliários e carteira de créditos) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização, e são avaliados conforme a seguir:

I - Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução CMN nº 3.834/2010, a Fomento Paraná aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimento, formados exclusivamente por títulos públicos federais. Para tanto, constituiu fundos de renda fixa destinados a investidores restritos - Fomento Paraná, Fundo de Aval Rural (FAR), Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), Fundo de Aval Garantidor das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (FAG) e recursos oriundos dos "Ativos do Estado". Os respectivos fundos estão sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota explicativa 5. Os fundos de investimento são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível em publicações da CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data. Não estão sendo apresentadas as classificações, conforme critérios de registro e avaliação dispostos na Circular BCB nº 3.068/2001, tendo em vista a dispensa da sua aplicação às Agências de Fomento.

Na data da demonstração financeira, a Fomento Paraná não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

II - Carteira de crédito e operações de repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas.

Para as operações de créditos vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

III - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000, bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, em montante julgado suficiente a cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, seguindo as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requerem:

(i) A sua classificação de riscos em nove níveis, sendo: "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela a abaixo); e

(ii) Avaliação periódica quanto ao nível de risco, com base na conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso ⁽¹⁾	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses a Fomento Paraná aplica a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

f) Tributos

Os tributos são calculados às alíquotas a seguir demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme legislação vigente de cada tributo.

TRIBUTADO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda (IR)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR) ⁽¹⁾	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ⁽²⁾	20,00% e 25,00%
Pis	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	5,00%

(1) Alíquota adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano.

(2) Em 01/03/2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034, convertida na Lei 14.183/2021 em 14/07/2021, que estabeleceu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos de qualquer espécie e agências de fomento, de 20% para 25% entre 01/07/2021 a 31/12/2021, retomando para 20% a partir de 01/22. Conforme estabelece a legislação tributária, a Fomento Paraná opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual.

Os créditos tributários diferidos referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, são constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes de despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, e são registrados na rubrica "Ativo Fiscal Diferido". A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020. O reconhecimento dos créditos tributários é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão evidenciadas na nota explicativa 17.

g) Imobilizado de uso

Representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8.

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada se apropriado ao final de cada período.

Considerando a Resolução CMN nº 4.535/2016, que trata dos critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, a Instituição adota taxas de depreciação diferenciadas conforme o prazo de vida útil dos ativos, mediante laudo de avaliação interno. As respectivas taxas estão descritas na nota explicativa 8.

h) Intangível

Representa os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, sendo composto, atualmente, por *Softwares* que estão registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 9.

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada se apropriado ao final de cada período.

Da mesma forma que o imobilizado de uso e de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016, é adotada taxa diferenciada de amortização conforme o prazo de vida útil dos ativos intangíveis. A respectiva taxa está demonstrada na nota explicativa 9.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos basicamente bens móveis e imóveis recebidos em dação de pagamento de financiamentos. São geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores é apresentada na nota explicativa 7a.

j) Redução do valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

k) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base *pro rata die*.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

I - Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, salvo, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação, e, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes classificados com expectativa de êxito provável, são divulgados nas demonstrações financeiras.

II - Provisões

São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

III - Passivos contingentes

Conforme definido no CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

m) Juros sobre o capital próprio (JCP)

Os juros sobre o capital próprio (JCP), destinados aos acionistas, são calculados em conformidade com a Lei Federal nº 9.249/1995. A Resolução CMN nº 4.706/2018, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece os procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, a partir do momento em que sejam declarados ou propostos e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica "Outros Passivos - Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

Aos acionistas, é destinada a importância mínima de 25% (vinte e cinco por cento), a título de JCP, nos termos do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/1976 e do Estatuto Social. Por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum*, da Assembleia Geral, o crédito contábil dos JCP, pode atingir o limite máximo permitido pelo benefício fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249/1995, limitado a até 95% do Lucro Líquido, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos.

n) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Instituição elaborou de forma espontânea, a demonstração de valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes

Com a edição da Resolução BCB nº 2/2020, passou a ser requerida a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes do exercício. Seguindo a definição da norma, como não recorrentes classifica-se o resultado que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 21a.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	1	2
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	1.065.928	878.963
Total	1.065.929	878.965

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria		
Títulos públicos federais - LFT	20.163	19.314
Cotas de fundos de investimento de renda fixa (a.1)	1.065.928	878.963
Fundo garantidor de investimentos - FGI (a.2)	1.165	1.143
Cotas de fundos de investimentos em participações - FIPs (a.3)	6.809	5.395
(-) Provisão para desvalorização	(39)	(153)
Vinculados a prestação de garantias		
Cotas de fundos de investimento de renda fixa (a.1)	11.000	-
Total	1.105.026	904.662

a.1 - Cotas de fundos de renda fixa

Os fundos de investimento de renda fixa recebem, além dos recursos da Fomento Paraná, recursos dos fundos estaduais e da carteira de "Ativos do Estado" sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sem penalidade no resgate.

Em 31 de dezembro 2021 o montante de R\$ 11.000 mil refere-se às cotas do fundo exclusivo dadas em garantias na operação de repasse realizada junto à Caixa Econômica Federal - CE-F-PNMPO. O valor vinculado é equivalente a 100% da dívida contratada, conforme demonstrado na nota explicativa 10.

O montante correspondente à Fomento Paraná aplicado nos fundos, em 31/12/2021, é de R\$ 1.076.928 mil, que equivale as seguintes participações no patrimônio dos fundos:

Administradores	Patrimônio líquido do fundo	Recursos da Fomento Paraná	% Participação
Caixa Econômica Federal	476.358	476.358	100,00%
Banco do Brasil	778.473	600.570	77,15%
Total	1.254.831	1.076.928	

Composição por tipo de título - Fundos de renda fixa

Administradores	Faixas de vencimento	Valor
Caixa Econômica Federal		
Operação compromissada - LTN	01/07/2023	117.156
LFT	01/03/2022 a 01/09/2027	359.211
Ajustes		(9)
Subtotal		476.358
Banco do Brasil		
Operação compromissada - LFT	03/01/2022	632.154
LFT	01/03/2022 a 01/03/2025	146.260
Depósitos conta corrente		97
Ajustes		(38)
Subtotal		778.473
Total		1.254.831

a.2 - Cotas de fundos garantidores de operações de crédito

A Fomento Paraná opera com a garantia do FGI - Fundo Garantidor para Investimentos, administrado pelo BNDES. Para tanto, conforme previsto nas normas do respectivo fundo, adquiriu cotas na proporção de 0,5% dos valores que pretende alavancar com garantias nas operações com seus mutuários.

a.3 - Cotas de fundos de investimento em participações

As aplicações em cotas de fundos de investimento em participações são administradas por instituições financeiras privadas, sendo que as cotas dos fundos são mensuradas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço. Em 31/12/2021, as cotas estavam assim constituídas:

Fundo	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil (a)
Fundo Criatec 3	1.500	1.053	1.065
Fundo Sul Inovação	3.000	2.868	5.629
Tm3 Capital Vc4	5.000	85	109
Total	9.500	4.006	6.803

(a) A valorização registrada deve-se a marcação a valor justo dos ativos do Fundo.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos	347.616	307.909
Financiamentos	122.555	163.415
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	832.242	909.688
Carteira bruta	1.302.413	1.381.012
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(47.897)	(42.700)
Carteira líquida de provisão	1.254.516	1.338.312

b) Composição por setor de atividade econômica

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Setor privado	409.230	383.761
Indústria	64.089	78.038
Comércio	155.414	139.907
Serviços	175.607	149.230
Pessoas físicas ⁽¹⁾	14.120	16.586
Setor público	893.183	997.251
Administração direta municipal	893.183	997.251
Total da carteira	1.302.413	1.381.012

(1) Os créditos concedidos à Pessoa Física (PF), que anteriormente estavam classificados conforme a atividade econômica desempenhada pelo tomador foram reclassificados para crédito à PF, demonstrando o montante de recursos disponibilizados ao financiamento de PF com alguma atividade empreendedora no Estado do Paraná.

c) Concentração dos principais devedores de operações de crédito

Descrição	31/12/2021	% da carteira	31/12/2020	% da carteira
Principal devedor	75.333	5,78%	70.163	5,08%
10 maiores devedores	209.735	16,10%	226.685	16,41%
50 maiores devedores	299.984	23,03%	341.951	24,76%
Demais devedores	717.361	55,08%	742.213	53,75%
Total da carteira	1.302.413	100,00%	1.381.012	100,00%

continua na próxima página ---->



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



d) Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

Níveis de risco	Operações em curso normal										31/12/2021	31/12/2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas vincendas	159.186	691.698	278.617	77.911	14.127	4.223	2.099	1.233	15.721	1.244.815	1.337.719	
1 a 30 dias	6.197	22.866	8.187	1.751	488	57	46	36	363	39.991	39.946	
31 a 60 dias	5.021	18.671	6.874	1.799	503	59	48	39	392	33.406	33.379	
61 a 90 dias	5.032	18.781	6.991	1.813	502	58	46	38	388	33.649	32.882	
91 a 180 dias	14.983	55.463	20.828	5.644	1.565	241	152	121	1.149	100.146	98.816	
181 a 360 dias	24.112	104.954	41.163	11.671	2.598	727	312	237	2.144	187.918	197.632	
Acima de 360 dias	103.841	470.963	194.574	55.233	8.471	3.081	1.495	762	11.285	849.705	935.064	
Parcelas vencidas até 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	8	
	Operações em curso anormal (I)											
Parcelas vincendas	-	70	12.897	6.422	2.431	2.973	3.058	10.454	52.032	37.251		
1 a 30 dias	-	1	242	393	207	91	99	83	1.463	1.275		
31 a 60 dias	-	1	244	395	205	89	99	77	1.458	1.278		
61 a 90 dias	-	2	245	395	204	89	100	76	1.456	1.279		
91 a 180 dias	-	5	769	1.185	613	245	303	236	4.359	3.816		
181 a 360 dias	-	9	1.591	2.267	1.170	451	566	506	1.857	7.419		
Acima de 360 dias	-	52	9.806	9.092	4.023	1.466	1.806	2.080	6.554	22.184		
Parcelas vencidas	-	3	497	964	594	314	420	543	5.559	6.034		
1 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6		
15 a 30 dias	-	3	395	526	228	107	129	144	1.951	1.617		
31 a 60 dias	-	-	102	338	175	81	97	121	1.230	1.103		
61 a 90 dias	-	-	-	75	164	60	48	119	693	752		
91 a 180 dias	-	-	-	25	27	58	114	116	865	1.288		
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	8	32	43	668	1.259		
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	63	9		
Total geral em 31/12/2021	159.186	691.771	292.011	92.602	21.143	6.968	5.492	4.834	28.406	1.302.413		
Total geral em 31/12/2020	174.576	808.290	238.891	100.840	19.295	5.230	6.034	3.756	24.100	1.381.012		

(1) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

e) Composição da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

Classificação de risco	Total da carteira	% participação	31/12/2021		31/12/2020	
			Provisão BACEN %	Valor	Provisão BACEN %	Valor
AA	159.186	12,22	-	-	-	-
A	691.771	53,12	0,50	3.459	4,041	4.041
B	292.011	22,42	1,00	2.920	2,389	2.389
C	92.602	7,11	3,00	2.778	3,025	3.025
D	21.143	1,62	10,00	2.114	1,930	1.930
E	6.968	0,54	30,00	2.090	1,569	1.569
F	5.492	0,42	50,00	2.746	3,017	3.017
G	4.834	0,37	70,00	3.384	2,629	2.629
H	28.406	2,18	100,00	28.406	24,100	24.100
Total	1.302.413	100,00		47.897	42.700	42.700

f) Movimentação da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	42.700	35.027
Provisão constituída	44.847	44.310
Reversão de provisão	(19.501)	(18.453)
Efeito no resultado	25.346	25.857
Créditos baixados para prejuízo	(20.149)	(18.184)
Saldo final	47.897	42.700
Créditos recuperados do prejuízo ⁽¹⁾	11.813	10.832

(1) Corresponde aos créditos recuperados anteriormente baixados contra a provisão para perdas no montante de R\$ 11.813 mil, sendo R\$ 9.551 mil oriundas de renegociações e R\$ 2.262 mil de recebimentos dos clientes, em espécie ou bens.

g) Renegociação

Discriminação	31/12/2021	31/12/2020
Créditos renegociados	61.287	145.039

As renegociações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão esperada por perdas associadas existentes anteriormente à renegociação, conforme determinado na Resolução CMN nº 2.682/99.

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 75.129 mil em 31/12/2021 (R\$ 67.007 mil em 31/12/2020).

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Fomento Paraná aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fiduciárias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, fundos garantidores de crédito e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas a municípios são aceitas quotas parte do ICMS e/ou Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

NOTA 7 - OUTROS ATIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a receber	4.190	2.053
Adiantamentos concedidos	2.011	2.338
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	20.257	18.898
Impostos e contribuições a compensar - corrente	-	4.517
Devedores diversos país	637	417
Outros valores e bens (a)	2.266	2.164
(-) Provisões para desvalorização (a)	(48)	(24)
Total	29.313	30.363

(1) Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que o montante de R\$ 20.255 mil (R\$ 18.895 mil em 31/12/2020) referem-se ao depósito na ação descrita na nota explicativa 13e. Sobre esse depósito, foi efetuada a atualização monetária no valor de R\$ 571 mil, registrada na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme nota explicativa 16h. Considerando que o valor depositado é retido do fornecedor, a atualização teve contrapartida na rubrica "Credores diversos no país", conforme nota explicativa 14b e o registro de despesas de atualização monetária, na rubrica "Outras despesas operacionais", conforme nota explicativa 16h. Desta forma não gerou impactos no resultado da instituição no exercício.

a) Outros valores e bens

I - Resumo

	31/12/2021	31/12/2020
Material em estoque	56	60
Despesas antecipadas	99	18
Ativos não financeiros mantidos para venda (ii)	2.111	2.086
(-) Provisões para desvalorização (ii)	(48)	(24)
Total	2.218	2.140

II - Ativos não financeiros mantidos para venda

A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019 (nota explicativa 3i), e segregados em próprios e recebidos conforme a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Próprios	346	-	346
Móveis e equipamentos	346	-	346
Recebidos	1.740	25	1.765
Imóveis	1.627	-	1.627
Veículos e afins	12	25	37
Máquinas e equipamentos	101	-	101
(-) Provisões para desvalorização	(24)	(24)	(48)
Total	2.062	1	2.063

NOTA 8 - IMOBILIZADO DE USO

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos	6,67% a 50%	541	(290)	251	228
Sistema de comunicação	10% a 33,33%	220	(155)	65	84
Processamento de dados	10% a 50%	945	(854)	91	146
Sistema de transporte	20%	29	(29)	-	-
Beneficiárias em bens de terceiros	10% a 50%	42	(25)	17	23
Total		1.777	(1.353)	424	481

b) Movimentação do imobilizado de uso

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Instalações, móveis e equipamentos	228	49	(26)	251
Sistema de comunicação	84	3	(22)	65
Processamento de dados	146	10	(65)	91
Beneficiárias de bens de terceiros	23	-	(6)	17
Total	481	62	(119)	424

NOTA 9 - INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor Residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Licença de uso software	20%	355	(307)	48	1
Total		355	(307)	48	1

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Essas obrigações correspondem aos saldos de recursos originários de instituições oficiais de repasse do país, os quais são repassados para financiamentos e empréstimos a empreendimentos no Estado do Paraná, na área privada e pública. Essas obrigações estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais definidas nas políticas operacionais de cada entidade ou fundo repassador de recursos.

a) Saldos por repassador

Instituições	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	283.598	310.552
CEF	16.445	7.643
FINAME	10.890	13.702
FINEP	14.414	16.132
FUNGETUR	36.880	17.197
BRDE	9.621	-
Total	371.848	365.226

b) Saldos por linha de crédito

	Taxa anual	Indexador	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
BNDES PMAT	0,9%	TJLP	15/10/2023	629	972
BNDES automático pós	1,1% a 3,73%	TJLP	15/03/2034	124.973	133.385
	0,95% a 2,1%	TJLP			
	1,8%	TJLP	15/06/2026	93.234	102.046
BNDES microcrédito ⁽¹⁾	0,95% a 1,93%	TJLP	15/09/2032	64.762	74.149
BNDES automático pré	0,5% a 14,87%	PRÉ	15/12/2025	11.023	-
CAIXA - microcrédito ⁽¹⁾	7,3%	PRÉ	15/12/2025	-	-
CAIXA FGTS Pró	6,0%	TR	10/12/2038	5.422	7.643
Transporte ⁽²⁾					
FINAME pré	0,5% a 4,0%	PRÉ	15/09/2031	6.241	7.931
	1,6%	TJLP			
FINAME pós	1,33% Selic Acum.		15/08/2031	4.649	5.771
	1,5%	TJLP			
FINEP - Inovacred ⁽³⁾	2% a 2,49% Selic Acum.		15/07/2029	14.414	16.132
	2%	INPC			
FUNGETUR	0,0% Selic Acum.		10/12/2026	36.880	17.197
BRDE	5,75%	DI	10/09/2025	9.621	-
Total				371.848	365.226

(1) Repasse de recursos captados junto à CEF e BNDES para operar Microcrédito, no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNPMO, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.854 de 2020.

(2) Repasse de recursos captados junto à CEF/FGTS destinados a operações com municípios, para financiar projetos de mobilidade urbana, incluídas no PAC2.

(3) Os respectivos encargos aplicados a FINEP, para o Programa Inovacred, serão deduzidos de 2% a 5% ao ano, a título de equalização, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e as decisões da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.

NOTA 11 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Fundos financeiros e de desenvolvimento	31/12/2021	31/12/2020
FUNGETUR ⁽¹⁾	4.224	26.936

(1) Refere-se a recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, transferidos pelo Ministério do Turismo para a concessão de operações de crédito, conforme termos do contrato de prestação de serviços nº 004/2019, celebrado entre a Fomento do Paraná e a União. Sobre esses recursos o Fundo é remunerado pela taxa Selic.

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	1.867	12.107
Impostos e contribuições sobre salários	1.266	1.215
COFINS	860	559
PIS	140	91
Outros	148	180
Total	4.281	14.152

NOTA 13 - ATIVOS, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Em julho de 2019, a Instituição ajuizou uma Ação de Repetição de Indébito (nº 5037152-33.2019.4.04.7000, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba), contra a União, visando à restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS e COFINS incidente sobre receitas financeiras percebidas pela Fomento Paraná, no período de 2007 a 2011, sob o regime cumulativo de apuração, tendo em vista que, no período citado, a empresa não se enquadrava ou se equiparava a instituição financeira para fins de tributação



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias (a)	17.637	14.230
Diversas (b)	28.688	25.738
Total	46.325	39.968

a) Sociais e estatutárias

	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre o capital próprio	12.743	11.935
Provisão para participações nos lucros	4.894	2.295
Total	17.637	14.230

b) Diversas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para despesas de pessoal	2.951	3.045
Provisão para despesas administrativas	1.000	993
Credores diversos no país ⁽¹⁾	24.689	21.693
Cobrança e arrecadação de tributos	48	7
Total	28.688	25.738

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 13e, a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente, na Ação Declaratória de Inimidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia" conforme nota explicativa 7. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país" e soma R\$ 20.646 mil (R\$ 19.234 mil em 31/12/2020). Assim como destacado na nota explicativa 7, foi realizada atualização do respectivo depósito com contrapartida em "Credores diversos no país".

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Por deliberação da Assembleia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.647.047 mil (R\$ 1.573.931 mil em dez/2020), representado por 1.647.047 (1.573.931 em dez/2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Aumento de capital

Conforme Ata da 9ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 17 de fevereiro de 2021, deliberou-se aumentar o capital social da instituição no montante de R\$ 60.000 mil, oriundos de aporte em espécie pelo acionista Estado do Paraná, destinados a operacionalização do Programa Paraná Urbano III, para realização de um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento urbano e melhorias de infraestrutura dos municípios paranaenses, homologado pelo BACEN em 10 de março de 2021, conforme Ofício nº 6.185/2021/BCB/DEORF/GTCUR; também, conforme Ata da 9ª AGE, de 28 de maio de 2021, foi aprovado o aumento de capital na ordem R\$ 13.114 mil relativos a incorporação dos Juros sobre o Capital Próprio de 2020, homologado pelo BACEN em 17 de agosto de 2021, conforme Ofício nº 17.989/2021-BCB/Deorf/GTCUR. Os respectivos aumentos estão demonstrados a seguir:

Aumento de Capital	Estado do Paraná	Celepar	Total
Em espécie	60.000	-	60.000
Juros sobre o capital próprio - exercício 2020	13.114	2	13.116
Total	73.114	2	73.116

c) Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária. Através das Atas 184ª e 190ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração (ROCA), realizadas em 29 de junho de 2021 e 14 de dezembro de 2021, foi aprovado nos termos do Estatuto Social da Fomento Paraná, o crédito dos juros sobre o capital próprio (JCP), respectivamente, do 1º e 2º semestre de 2021. Os referidos juros são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Os juros sobre o capital próprio do exercício de 2021, foi registrado na proporção de 95% do Lucro Líquido ajustado pela Reserva Legal e estão dentro do limite fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores, totalizando no período o montante bruto de R\$ 73.412 mil. No exercício de 2020, em decorrência da Resolução CMN nº 4.820, os juros sobre o capital próprio foram limitados a 30% do lucro líquido ajustado, resultando no crédito no valor de R\$ 15.449 mil.

Dessa forma, em 2021, foram provisionados juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado abaixo:

Acionista	% Part.	Mínimo estatutário	Adicional proposto	Total
Estado do Paraná	99,9834%	12.742	60.657	73.399
Celepar	0,0166%	2	11	13
Total	100%	12.744	60.668	73.412

Em conformidade ao estabelecido no artigo 79 do Estatuto Social, o resultado apurado no exercício foi destinado da seguinte forma:

	2º semestre 2021	Acumulado em 31/12/2021	Acumulado em 31/12/2020
Lucro líquido ajustado	52.821	81.341	54.203
Reserva legal (5% do lucro líquido)	2.640	4.067	2.710
Lucro líquido ajustado	50.181	77.274	51.493
Juros sobre o capital próprio - mínimo estatutário	8.206	12.744	11.936
Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	39.467	60.668	3.513
Constituição de reserva estatutária	2.508	3.862	36.044

NOTA 16 – CONTAS DE RESULTADO

a) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre 2021	Acumulado em 31/12/2021	Acumulado em 31/12/2020
Empréstimos	28.363	53.636	39.005
Financiamentos	53.060	100.082	89.361
Subtotal	81.423	153.718	128.366
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.869	11.813	10.832
Total	86.292	165.531	139.198

b) Despesas com repasses

	2º Semestre 2021	Acumulado em 31/12/2021	Acumulado em 31/12/2020
Despesas com repasses do BNDES	(14.720)	(27.328)	(17.222)
Despesas com repasses da CEF	(317)	(545)	(513)
Despesas com repasses da FINAME	(256)	(532)	(612)
Despesas com repasses da FINEP	(208)	(389)	(509)
Despesas com repasses de outras instituições no país	(2.081)	(3.160)	(792)
Total	(17.582)	(31.954)	(19.648)

c) Receita de prestação de serviço

As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as tarifas por concessão de créditos e por prestação de serviços específicos relacionados ao crédito, bem como, taxas de serviços de gestão de fundos estaduais, conforme a seguir:

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito - PJ e PF	3.068	6.525	3.986
Gestão de fundos ⁽¹⁾	1.323	2.689	1.512
Total	4.391	9.214	5.498

(1) Em contrapartida à gestão de fundos, a Fomento Paraná é remunerada conforme evidenciado na nota explicativa 18a.

d) Despesas de pessoal

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	(9.982)	(18.876)	(19.319)
Encargos sociais	(3.302)	(6.341)	(6.662)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.740)	(3.500)	(3.572)
Demais benefícios	(2.378)	(4.470)	(3.954)
Remuneração estagiários	(580)	(1.096)	(889)
Total	(17.982)	(34.283)	(34.396)

e) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(7.201)	(16.103)	(22.087)
Processamento de dados	(1.475)	(2.825)	(2.944)
Aluguéis	(866)	(1.691)	(1.631)
Publicações, propaganda e publicidade	(597)	(1.673)	(726)
Relações públicas	(649)	(798)	(241)
Serviços do sistema financeiro	(408)	(766)	(687)
Serviços de vigilância e segurança	(179)	(370)	(369)
Manutenção e conservação de bens	(143)	(318)	(270)
Viagens	(237)	(276)	(144)
Contribuições filantrópicas	(211)	(211)	(205)
Comunicações	(88)	(188)	(185)
Água, energia e gás	(98)	(180)	(142)
Seguros	(115)	(157)	(113)
Depreciações e amortizações	(65)	(122)	(123)
Outras despesas administrativas	(345)	(614)	(755)
Total	(12.677)	(26.292)	(30.622)

(1) Do total registrado nesta conta, R\$ 14.504 mil (R\$ 20.042 mil em 31/12/2020) refere-se a despesas com o Paranacidade decorrentes do Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa de 8%, calculado sobre cada liberação de recurso dos contratos relativos às operações de crédito.

f) Despesas tributárias

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(4.098)	(7.071)	(5.664)
PIS	(666)	(1.149)	(920)
ISSQN	(219)	(461)	(275)
Outros	(60)	(121)	(119)
Total	(5.043)	(8.802)	(6.978)

g) Despesas/reversão de provisão

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
(Provisão) reversão de processos trabalhistas	(576)	163	(84)
(Provisão) reversão de processos cíveis	10	91	(34)
(Provisão) reversão de processos administrativos	211	194	(322)
Total	(355)	448	(440)

h) Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	240	554	986
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	638	1.206	770
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(462)	(864)	(540)
Total	416	896	1.216

(1) Do total registrado nesta conta, R\$ 571 mil refere-se à atualização monetária do depósito judicial realizada no exercício de 2021 (R\$ 379 mil em 31/12/2020), conforme explicado na nota explicativa 7.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstrativo da apuração do imposto de renda e da contribuição social

	Acumulado em			
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Resultado antes do IRPJ, CSLL e participações	94.624	94.624	54.116	54.116
Participações estatutárias no lucro	(3.367)	(3.367)	(1.532)	(1.532)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	91.257	91.257	52.584	52.584
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(64.160)	(64.160)	(4.122)	(4.122)
Adições (exclusões) temporárias	8.039	8.241	10.413	10.413
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.012	6.012	9.158	9.158
Provisões para contingências	(871)	(871)	(479)	(479)
Rendas a apropriar em atraso	262	262	162	162
Outras adições (exclusões) temporárias	2.636	2.838	1.572	1.572
Adições (exclusões) permanentes	(72.199)	(72.401)	(14.535)	(14.535)
Juros sobre o capital próprio	(73.412)	(73.412)	(15.448)	(15.448)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet, Fundos Idoso e da Criança e Desporto)	211	211	205	205
Outras adições (exclusões) permanentes	1.002	800	708	708
Base de cálculo do IRPJ e CSLL do exercício	27.097	27.097	48.462	48.462
Incentivos fiscais	(419)	-	(515)	-
IRPJ e CSLL correntes devidos às alíquotas vigentes (nota explicativa 3f)	6.331	6.188	11.576	8.947
Imposto diferido ⁽¹⁾	(1.446)	(1.157)	(12.301)	(9.841)
Despesa de IRPJ e CSLL do exercício	4.885	5.032	(726)	(893)

(1) Os impostos diferidos passaram a ser reconhecidos a partir de dezembro de 2020.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários diferidos referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças temporárias	Saldo em 31/12/2020	Constituição (Reversão)	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.551	2.077	20.628
Crédito em prejuízo	3.283	408	3.691
Rendas a apropriar em atraso	308	118	426
Total dos créditos tributários diferidos	22.142	2.603	24.745

c) Estimativa de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

A expectativa de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo técnico que contemplou o cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2021, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Fomento Paraná em 18/01/2022. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Valor nominal	13.096	6.629	2.375	1.690	955	23.745
Valor presente⁽¹⁾	12.818	6.283	2.191	1.517	835	23.644

(1) Para cálculo do valor presente foi utilizada a taxa média de captação da Fomento Paraná.

d) Créditos tributários não reconhecidos

Em 31/12/2021, existem créditos tributários não ativados decorrentes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para contingências e outras provisões administrativas, sobre os quais não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 925 mil.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN nº 4.818/2020, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras, bem como a Política de Partes Relacionadas da Instituição. De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da Fomento Paraná, o Estado do Paraná, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, o Serviço Social Autônomo Paranacidade, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e o Pessoal-Chave da Administração.

a) Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da Fomento Paraná, com o qual a Fomento Paraná mantém as seguintes transações relacionadas à gestão de fundos e carteira de crédito:

Fundo/carteira	Natureza	Base legal	Base de cálculo	Percentual	Forma de pagamento
FDE	Fundo público	Lei Estadual nº 5.515/67	Recebimentos carteira	4% a.a.	Anual
FEM	Fundo público	Decreto Estadual nº 2.758/19	Patrimônio líquido	4% a.a.	Mensal
FAG/PR	Fundo público	Decreto Estadual nº 11.462/18	Patrimônio líquido	0,25% a.m. ou mínimo de R\$ 20 mil a.m.	Mensal
FPG/PR	Fundo privado PPPs	Lei Estadual nº 18.376/14	Patrimônio líquido	0,15% a.a.	Mensal
Carteira ativos (BANESTADO)	Carteira de cobrança estado	Lei Estadual nº 17.732/13	Recebimentos carteira	10% a.a.	Anual

b) Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR

Acionista minoritário da Fomento Paraná, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A transação entre as duas empresas decorre da prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

c) Serviço Social Autônomo Paranacidade

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU ente de cooperação com o Estado do Paraná, com o qual firmou Contrato de Gestão. Criado pela Lei Estadual nº 11.498/1996 (revogada pela Lei Estadual nº 15.211/2006). A Fomento Paraná, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/2001, mantém firmado com o Paranacidade Ato Conjunto, que estabelece a forma de remuneração, conforme evidenciado na nota explicativa 16e. O Paranacidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná.

d) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



NOTA 20 - GESTÃO DE RISCOS, DE CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O gerenciamento de riscos no Fomento Paraná é coordenado pela Gerência de Riscos e Compliance, subordinada ao Diretor-Presidente e liderada pelo Diretor Jurídico, indicado nos termos da Resolução CMN nº 4.557/17 Diretor para Gerenciamento de Riscos (Chief Risk Officer - CRO).

Os riscos relevantes e o capital são gerenciados de maneira integrada em conformidade com as Resoluções CMN 4.557/17, 4.595/17 e 4.327/14. Estas resoluções estabelecem diferentes responsabilidades conforme segmentação constante na Resolução CMN nº 4.553/17. A Fomento Paraná está enquadrada no segmento 4 (S4), cumprindo as obrigações cabíveis ao bloco.

O Relatório de Pilar 3, contendo a Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (tabela OVA), encontra-se disponível no site da internet da Fomento Paraná, no endereço eletrônico: <http://www.fomento.pr.gov.br/Pagina/gestao-de-riscos-e-gerenciamento-de-capital>.
Dentre os principais riscos, destacam-se:

a) Risco Operacional

A gestão de riscos operacionais é baseada em avaliações nos produtos, contratos e processos da empresa. Os normativos internos da Fomento Paraná dispõem sobre as rotinas, emissão de relatórios, deliberações de ações preventivas e corretivas, frequência de avaliação, assim como o registro de perdas financeiras decorrentes de falhas.

A alocação de capital regulamentar para risco operacional (RWA_{opad}) é apurada utilizando a metodologia da Abordagem do Indicador Básico - BIA, cujo valor é calculado semestralmente seguindo premissas estabelecidas pelo BACEN.

b) Risco de Mercado e Risco das Taxas de Juros das Operações Classificadas na Carteira Bancária

A Fomento Paraná, por suas características operacionais específicas, não possui operações com intenção de negociação e que não estejam sujeitas às limitações da sua negociabilidade, destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem, todas as operações são classificadas na carteira bancária.

A Instituição não detém operações para as quais seja necessário calcular valor para a parcela de capital para o risco de mercado RWA_{opad} .

A mensuração do risco das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (carteira bancária), em observância à Circular BCB nº 3.365/07 cabível as instituições do segmento S4, é realizada mensalmente pela Gerência de Riscos e Compliance em modelo proprietário e o valor resultante é reportado ao BACEN no Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO. A partir do exercício de 2022, o citado modelo será descontinuado em face das mudanças na legislação que estão sendo promovidas pelo órgão regulador.

c) Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito é feita a partir da análise da carteira, isto é, no controle, no monitoramento e na recuperação de crédito da carteira, com base em cálculos estatísticos. O gerenciamento considera limites operacionais estabelecidos, mecanismos de mitigação de riscos e procedimentos técnicos, tais como modelos e critérios observados nas rotinas de concessão com o objetivo de manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração.

Em um processo de gestão preventiva, contínua e integrada, o gerenciamento de risco de crédito também leva em conta a regulamentação, as políticas e as práticas internas. Havendo algum sinal que aponte para elevação substancial do risco, desvio em relação à estratégia, à regulamentação, às políticas ou até mesmo às oportunidades de aderência aos negócios da instituição, a área de Riscos e Compliance encaminhará o assunto à Diretoria Reunida (REDIR), que adotará as providências necessárias.

O capital para a cobertura do risco de crédito (RWA_{cpad}) é calculado mediante a abordagem padronizada, nos termos da legislação do BACEN.

d) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de desequilíbrio do fluxo de caixa aos quais a Fomento Paraná poderá estar exposta. A instituição estabelece em política interna os níveis de liquidez a serem cumpridos e a execução do plano de contingência em situações que, eventualmente, os níveis de liquidez atinjam padrões inferiores aos pré-estabelecidos.

e) Risco de Conformidade (Compliance)

Risco relacionado a perdas financeiras ou reputacionais que possam ocorrer em razão de descumprimentos de dispositivos legais e regulatórios, ou descumprimento de regulamentos internos.

A Fomento Paraná possui norma específica de compliance, consoante com a Resolução CMN nº 4.595/17, que estabelece processos e estrutura para monitoramento regulatório e acompanhamento de ações para gerenciamento do risco de conformidade. Eventos relacionados a este risco são reportados à alta administração e as ações relativas à função de conformidade em andamento são monitoradas através de relatórios anuais.

f) Risco Socioambiental

A Fomento Paraná normatizou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), na qual formalizou os princípios e diretrizes de sustentabilidade socioambiental para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. De acordo com essa PRSA, os princípios da atuação socioambiental da empresa são: a preservação do meio ambiente, o respeito à diversidade e a promoção da redução das desigualdades sociais.

A Instituição solicita regularidade ambiental para apoio aos financiamentos de projetos de investimento de maior complexidade e possui lista de atividades e empreendimento não apoiáveis em função de princípios expressos na PRSA.

g) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é conduzido por meio de um processo contínuo e prospectivo de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Para tal são estabelecidos mecanismos para o monitoramento do capital, bem como de avaliação frequente da necessidade de capital diante de eventuais riscos a que a instituição está sujeita.

Anualmente é elaborado o Plano de Capital, com caráter prospectivo, a partir de informações oriundas do orçamento estipulado para os próximos anos (despesas) e também do desempenho da produção previsto no Planejamento Estratégico (receitas).

h) Análise de Sensibilidade - Ativos e Passivos

Conforme determina a Resolução BCB nº 02/2020, artigo 35 a Fomento Paraná realizou análise de sensibilidade através do estresse de variáveis, com o objetivo de avaliar o efeito no resultado da Instituição no exercício, das variações nas taxas de juros e na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme cenários a seguir elencados:

Cenário I

Aumento de 25%: na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Cenário II

Aumento de 25%: na taxa de juros que remunera a carteira de títulos e valores mobiliários; na taxa de juros das operações de crédito (pós-fixada); e na taxa de juros das despesas de repasse (pós-fixada).

Cenário III

Aumento de 25%: na taxa de juros que remunera a carteira de títulos e valores mobiliários; na taxa de juros das operações de crédito (pós-fixada); na taxa de juros das despesas de repasse (pós-fixada); e na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Cenário IV

Aumento de 25%: na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e redução de 25%: na taxa de juros da carteira de títulos e valores mobiliários; na taxa de juros das operações de crédito (pós-fixada); e na taxa de juros das despesas de repasse (pós-fixada).

Efeito	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Títulos e valores mobiliários	-	11.298	11.298	(11.298)
Operações de crédito	-	28.475	28.475	(28.475)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.336)	-	(6.336)	(6.336)
Despesas de Repasse	-	(6.724)	(6.724)	6.724
Resultado bruto	(6.336)	33.049	26.712	(39.385)
Tributos	(4.534)	(2.874)	(7.406)	(1.661)
Resultado líquido	(10.870)	30.175	19.306	(41.046)
Patrimônio de referência	(1.060)	3.092	2.032	(4.152)

NOTA 21 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes/não recorrentes

Na classificação de resultados recorrentes e não recorrentes, é observada a seguinte definição:

(i) **recorrentes**: os resultados obtidos no desempenho das atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações de créditos, de tesouraria, captações de recursos, prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Fomento Paraná; e

(ii) **não recorrentes**: são oriundos das receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	Acumulado em	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	81.341	54.203
(-) Eventos não recorrentes líquidos dos efeitos tributários	(1.878)	20.823
Reversão/(provisão) para contingências ⁽¹⁾	(381)	(322)
Resultado não operacional ⁽²⁾	45	30
Crédito tributário majoração CSLL 2021 ⁽³⁾	-	18.615
Participação no lucro (% do lucro líquido)	-	(492)
Diferença de CSLL - (alteração de alíquota de 20% para 25%)	(769)	2.992
Diferença de IRPJ e CSLL (recálculo do JCP)	(773)	-
Resultado líquido do exercício recorrente	83.219	33.380

(1) Decorre de provisão para processos administrativos (Bacen) e trabalhista (Ação sindical dos bancários relativos revisão do plano de carreira, cargos e salários) com valores individuais relevantes e atípicos e que não há expectativa de que aconteça em exercícios consecutivos;

(2) Evento decorrente de aluguel de ativos não financeiros mantidos para venda, bem retomado em garantia, com contrato de aluguel vigente no ato da dação em pagamento.

(3) Efeito no saldo do crédito tributário, devido a constituição inicial em 2020, considerando o estoque de Provisão e de perdas para créditos, não reconhecidas até o exercício de 2019.

DIRETORIA EXECUTIVA

Heraldo Alves das Neves

Diretor-Presidente

Diretora Administrativa e Financeira Responsável pela Contabilidade Mayara Puchalski	Diretor de Mercado Vinicius José Rocha
Diretor de Operações do Setor Privado Renato Maçaneiro	Diretor de Operações do Setor Público Wellington Dalmaz
Diretor Jurídico/CRO - Chief Risk Officer Nildo José Lübke	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Flávio Montenegro Balan

Conselheiros

Wilson Ribeiro de Andrade

Eduardo Francisco Sciarra

Elias Gandour Thomé

Daniel Ricardo Andreatta Filho

Gustavo Castanharo

CONTADORA

Luciane de Oliveira Tassaró

Contadora - CRC PR-044315/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2º SEMESTRE DE 2021

Atividades Desenvolvidas

Em atendimento a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S/A desenvolveu as seguintes atividades:

I. Revisou, com base nos relatórios e informações prestadas pelos Auditores Independentes, responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento dos trabalhos necessários e suficientes para sua opinião, as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS da Agência de Fomento do Paraná S/A, 2º Semestre de 2021, exercício findo em 31 de dezembro de 2021;

II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;

III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;

IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;

V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;

VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;

VII. Cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e Bacen.

Conclusões

As informações e observações obtidas durante o 2º Semestre de 2021 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, os quais são submetidos a processo contínuo de revisão e implementação de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente desenvolveu suas atividades segundo os requisitos técnicos de atuação e de forma compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

O Comitê de Auditoria, em função do acompanhamento dos trabalhos e da efetividade dos seus resultados, julga que a Auditoria Interna vem respondendo de forma adequada e progressiva, com demonstrações de evoluções tanto em relação aos procedimentos e metodologias implementadas como em relação a sua estrutura e qualidade de seus relatórios. Este Comitê recomenda que haja efetividade na implementação das ações destinadas a dotar a área de auditoria interna de recursos fundamentais às suas atividades, inclusive tecnológicos, na forma do que foi deliberado por ocasião da aprovação do Plano Anual de Auditoria PAA-017-2022, de forma que seja viabilizado à Auditoria Interna possa cumprir adequadamente aos seus objetivos, conforme demonstrado por ocasião da apresentação do seu plano de trabalho.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

MARIANA FILGUEIRAS DOS REIS

Coordenador

Curitiba, 21 de março de 2022.

DAVI XAVIER DA SILVA NETO

Membro Efetivo

ROOSWELT CARLOS DE AZEVEDO

Membro Qualificado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Paraná S/A - Fomento Paraná, tendo examinado o Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, bem como o Relatório da Bazzanese Auditores Independentes S/S, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, são da opinião de que os referidos documentos encontram-se em plenas condições de serem submetidos, apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 21 de março de 2022.

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Presidente

VALDEMAR BERNARDO JORGE

Conselheiro

CARLOS EMIL KAHALI

Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio

líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná (Instituição) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Instituição, sendo compulsória apenas para as instituições financeiras constituídas como Companhias Abertas e que tenham ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista a relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Porque é um PAA?	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Notas Explicativas nº 6d e 6e	
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6d e 6e, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Instituição classifica suas operações de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A instituição aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins do cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Instituição, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição, quanto às perdas da carteira.	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos processos de aprovação dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito e utilizados como base para o cálculo da provisão para operações de liquidação duvidosa, bem como ao processo de conciliação das bases analíticas com saldos contábeis.</p> <p>Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral disponibilizada pela Administração que suporta o rating do cliente com base nas Políticas Internas de Crédito.</p> <p>Efetuamos o recálculo da provisão de crédito com base nos requerimentos da Resolução 2.682/99 para a carteira de operações de crédito.</p> <p>Efetuamos a movimentação do rating dos principais clientes e avaliamos a documentação suporte para classificação dos mesmos.</p> <p>Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 6d e 6e, estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>
Porque é um PAA?	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do Crédito Tributário - Notas Explicativas nº 3a, 3f e 17	
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3a, 3f, e 17 foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 24.745 mil (R\$ 22.142 mil em 31 de dezembro de 2020), cuja realização está suportada por estimativas e estudos de projeção de rentabilidade futura baseadas em estudos e orçamentos preparados pela Instituição e aprovados em seus níveis de governança. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.	<p>Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária.</p> <p>Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente quanto ao enquadramento com os requisitos da Resolução CMN nº 4.842/20.</p> <p>Nossos procedimentos incluíram a avaliação se as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas 3a, 3f, e 17 estão adequadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.</p>
Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado	
Demonstração do Valor Adicionado	
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e que está sendo apresentada de forma voluntária pela Instituição como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores	
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.	
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.	
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido	

continua na próxima página ---->



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO DO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras,

inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 22 de março de 2022.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6

LEOMAR BAZZANEZE

CONTADOR CRC-RS 036023/O-2 T-PR
CNAI 389

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA

CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE

CONTADORA CRC-PR 051096/O-0 PR
CNAI 6254

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/ME 81.716.144/0001-40
NIRE 41.3.0007936-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações com sede na Rua João Eugênio, nº 922, Centro, Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, CEP 83.203-400, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.3.0007936-6 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.716.144/0001-40 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária nos termos do do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, às 11:00 horas, no dia 19 de abril de 2022 na sede social da Companhia e/ou ainda de forma virtual, conforme autorizado pelo artigo 124 §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (1) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- (2) a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme proposta consignada nas Demonstrações Financeiras da Companhia e conforme deliberação havida na Reunião do Conselho de Administração em 22 de março de 2022;
- (3) a aprovação da proposta do orçamento de capital da Companhia previsto para o exercício de 2022; e
- (4) a fixação da remuneração global e anual dos Administradores (Diretores Estatutários e membro do Conselho de Administração indicado pela BNDES Participações S.A.) da Companhia, nos termos do art. 10, Parágrafo Único alínea (vii) do Estatuto Social..

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia, incluindo, os seguintes: (i) a apresentação da administração sobre os negócios e os principais fatos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme documentos rubricados e arquivados na sede da Companhia; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes.

Paranaguá/PR, 22 de março de 2022.
João Gilberto Cominese Freire
Presidente do Conselho de Administração

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ N.º 76.630.573/0001-60

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Curitiba, 25 de março de 2022.

Diretoria

SITA - TRANSPORTE DE CARGAS S/A

CNPJ N.º 78.759.701/0001-04

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Curitiba, 25 de março de 2022.

Diretoria

SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

CNPJ N.º 76.710.318/0001-28

AVISO AOS SÓCIOS

Comunicamos que se acham à disposição dos Senhores Sócios, na sede social da empresa, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, km 0, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), os documentos a que se refere o Artigo 1078, §1º, da Lei n.º 10.406/2002, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Curitiba, 25 de março de 2022.

Administradores

Velsis Participações Societárias S/A

CNPJ nº 36.926.807/0001-05 - NIRE 41300305986

Anúncio de Disponibilização da Documentação

Referente à Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Srs. Acionistas informados que estão disponíveis, na sede da Companhia, as demonstrações financeiras, o relatório da administração e os demais documentos previstos no Art. 133, da Lei 6.404/1976. Curitiba/PR, 28 de março de 2022. **Guilherme Guimarães Araujo** - Diretor Presidente.

Cosmion Intermediação de Negócios S.A

CNPJ nº 08.427.237/0001-65 - NIRE 41300082120

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária Digital
Pelo presente Edital ficam convocados os Sr. Acionistas da COSMION INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se às 11h do dia 06 de Abril de 2022, de forma digital, a qual tem como **ORDEM DO DIA**: discutir e deliberar acerca do aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$350.000,00, mediante a emissão de 350.000 novas ações da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a fim de cobrir custos para pagamento de despesas com perícia na ação contra a Telefônica, bem como para cobertura de despesas em geral. A Assembleia ocorrerá por meio da plataforma Google Meets, por meio de link a ser disponibilizado aos acionistas por e-mail. Os Acionistas que, mesmo remotamente, não puderem comparecer à Assembleia poderão votar a distância, mediante o envio de Boletim de Voto à Distância. A minuta do Boletim de Voto a Distância, contendo todas as instruções para o seu preenchimento e envio, será disponibilizada aos acionistas nesta data, mediante envio de e-mail. Ainda, pede-se a gentileza aos Acionistas de encaminharem seus documentos de identificação com 02 (dois) dias de antecedência da data marcada para referida assembleia.
Curitiba/PR, 29 de Março de 2022. Felipe Fontana Beltrão de Almeida

**Balancos, Atas,
Súmulas ou Editais?**

Publicidade Legal
Edição Digital

WWW.BEMPARANA.COM.BR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D046-A7A8-E8BE-CAC0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D046-A7A8-E8BE-CAC0



Hash do Documento

BCDF14A0D3F9F6DB4B3BBA265C8D382D2A17852178BEEC6C08A78451BA5B4DF0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2022 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 28/03/2022 01:35 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

